

ATA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SANTA ALBERTINA – IPRESA.

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, às 13:30min, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina, localizado na Rua Armindo Pilhalarmi, 1.121, 1º andar, Centro, nesta cidade, foi realizada a reunião com os membros do Comitê de Investimentos, Diretoria Executiva, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Municipal de Santa Albertina - IPRESA, com o **objetivo de avaliar o cenário econômico do País e seus reflexos, analisando o cenário macroeconômico de curto prazo e as expectativas de mercado, relatar e avaliar a situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa do mês de junho/2018, distribuir, relatar e avaliar o Relatório Analítico dos Investimentos em junho/2018, 2º Trimestre e 1º semestre de 2018, definição da aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência junho/2018, descontadas as despesas administrativas (cujo vencimento se dará em 12 de julho de 2018) e parcela nº 006 do parcelamento vigente (com vencimento em 12 de julho de 2018), autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017, relatar também a necessidade de credenciamento das instituições financeiras.** Deu-se início a reunião constatando-se a presença dos seguintes membros do **Comitê de Investimentos**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Silmara Porto Penariol e Sebastião Batista da Silva, **Diretoria Executiva**: Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Aparecido Zara e Célia Maria Bassi, **Conselho Deliberativo**: Ellen Sandra Ruza Poliseli, Osmar Games Martins, Silmara Porto Penariol, Carlos César de Oliveira e Sebastião Batista da Silva e do **Conselho Fiscal**: Sônia Aparecida Fiorilli, Isvaldir Lopes Veigas e Izuméria Aparecida da Costa Prajo. Dando início, observando o noticiário econômico, na EUROPA conforme a agência Eurostat, as vendas no varejo da zona do euro decepcionaram e ficaram estáveis em maio, perante abril, quando se esperava um avanço de 0,1%. Na comparação anual o crescimento das vendas foi de 1,4%. Já em junho, a atividade empresarial cresceu um pouco mais rápida com o PMI Composto final tendo subido de 54,1 pontos em maio, para 54,9 no mês seguinte. Quanto à inflação do consumidor, em junho foi verificada a taxa mais alta em um ano, com o aumento dos preços da energia. A alta de 2% na base anual levou a inflação para a meta do Banco Central Europeu - BCE. Em sua última reunião realizada em junho, o BCE manteve novamente em 0% a sua taxa básica de juros e em - 0,4% a taxa de depósitos. A novidade, foi o anúncio de que decidiu encerrar no final deste ano o programa de compra de títulos, sendo que entre outubro e dezembro planeja comprar 15 bilhões de euros em títulos, por mês. EUA Conforme a terceira e última estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 2%, mostrando desaceleração em relação ao trimestre anterior, com os gastos dos consumidores crescendo no ritmo mais fraco. Em relação à segunda estimativa, o crescimento

diminuiu 0,2 pontos. Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em junho foi de 213 mil novos postos, quando a expectativa era de 195 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,8% em maio avançou para 4% em junho. Já os salários subiram 0,19% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,7% em um ano. Em relação à taxa básica de juros, o FED decidiu elevá-la do intervalo entre 1,5% e 1,75% ao ano, para o intervalo entre 1,75% e 2%, em reunião no meio de junho. No comunicado após a reunião afirmou que vê fortalecimento do mercado de trabalho e da atividade econômica e retirou sua promessa de manter a taxa baixa o suficiente para estimular a economia por algum tempo.

ÁSIA No Japão, o banco central manteve em sua reunião de junho inalterada as diretrizes de política monetária ao deixar a taxa de depósitos em -0,1% e continuar com o programa de comprar títulos em um ritmo anual de 80 trilhões de ienes.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,82% a.a. no final de maio, terminaram junho com rendimento de 2,85% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,27% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de junho com rendimento de 0,31%. Paralelamente, no mês, o dólar se desvalorizou 0,33% perante o euro e se valorizou 1,86% perante o yen, por exemplo. Já as bolsas internacionais tiveram em maio um mês de altas e baixas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) recuou 2,37% no mês e a inglesa (FTSE 100) 0,54%, a do Japão (Nikkei 225) subiu 0,46%, e a americana (S&P 500) 0,48%. No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de junho 3,03%.

NACIONAL ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA Conforme o Banco Central, a economia brasileira cresceu 0,46% em abril, frente a março. Na comparação anual a alta foi de 3,70% sem os ajustes sazonais. Já em maio, com a greve dos caminhoneiros, a produção industrial despencou 10,9% frente ao mês anterior e 6,6% em relação a 2017. Já a taxa de desemprego, que era de 12,9% no trimestre encerrado em abril, recuou para 12,7% no trimestre encerrado em maio, com 13,2 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.187,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$8,2 bilhões em maio. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 95,8 bilhões. As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 384,3 bilhões (5,77% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 480,2 bilhões (7,21% do PIB) no mesmo período. A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 5,13 trilhões (77% do PIB).

INFLAÇÃO O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em junho 1,26%, depois da alta de 0,40% em maio. Em doze meses, a alta acumulada foi de 4,39% e no ano de 2,60%. Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 1,43% em junho e acumulou alta de 3,53% em doze meses e de 2,57% no ano.

JUROS Em sua reunião no final de junho, **o Copom por unanimidade decidiu manter a taxa Selic em 6,50%**, por conta da paralização no setor de transporte e da piora do cenário externo. Na ata da reunião, o BC reconheceu que o processo de alta dos juros nos EUA gera riscos para os mercados emergentes e

preferiu não sinalizar os próximos passos da política monetária. **CÂMBIO E SETOR EXTERNO** A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de junho cotada em R\$ 3,85, com uma valorização de 3,18% no mês. Em maio, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$729 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 13 bilhões. Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 3 bilhões em maio e acumularam US\$ 61,8 bilhões em doze meses. As reservas internacionais eram de US\$ 382,5 bilhões no final do mês. A Balança Comercial, por sua vez, teve em junho de 2018 um superávit de US\$ 5,88 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 30,05 bilhões. **RENDA FIXA** Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de junho acabou sendo o do IRF-M1 com alta de 0,55%, seguido do DI com alta de 0,52%. **RENDA VARIÁVEL** Para o Ibovespa, a variação no mês foi de -5,20%, acumulando no ano queda de 4,76% e em doze meses alta de 15,68%. O índice encerrou junho em 72.762 pontos. **PERSPECTIVAS MERCADO INTERNACIONAL** Além da elevação dos juros pelo FED e da consequente valorização do dólar no mercado internacional, bem como o anúncio do término dos estímulos quantitativos na zona do euro, no final deste ano, o mercado financeiro e de capitais internacional foi sacudido pela guerra comercial que se iniciou com a adoção pelos EUA, de tarifas de importação sobre produtos siderúrgicos e alumínio, bem como sobre US\$ 50 bilhões em produtos chineses. Em represália, tanto a China, quanto a União Europeia e a Rússia já anunciaram medidas compensatórias. Outro temor a ser acompanhado é de que o petróleo suba de forma acentuada, juntamente com outras commodities de forma a alimentar uma inflação que em algum momento pode superar suas respectivas metas. Maior volatilidade nos mercados está à vista. **MERCADO NACIONAL** Os momentos de tensão e volatilidade que o mercado viveu em junho, consequência da greve dos caminhoneiros e da valorização continuada do dólar no exterior e aqui, poderão se repetir nos próximos meses. A guerra comercial iniciada pelo governo Trump pode ter desdobramentos indesejáveis para o Brasil e demais mercados emergentes, além de ser difícil prever sua extensão e duração. Embora com o alto desemprego a demanda doméstica continue enfraquecida, um dólar mais alto pode ter reflexos inflacionários, em momento em que os custos de energia se elevam no mundo. E sem falar no impacto das próximas eleições. Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, diante do cenário externo volátil, com a continuada valorização do dólar que também impactará na inflação local e dada a queda na atividade econômica, que deverá ter importante impacto na arrecadação fiscal do setor público consolidado, além das incertezas com as eleições presidenciais, é grande a possibilidade de retornos negativos com os subíndices da família IMA e IDKA, principalmente os de prazo mais longo. Assim, é interessante o aumento de 10% para 15% na exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a devida atenção. Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendando uma exposição de não mais 25% e sim de 20% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's aumentando a alocação sugerida de 20%, para 35%. Lembrando que para evitar

o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passou a ser de 40%. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. Quanto à renda variável, a recomendação é uma exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais supre a meta atuarial. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%. Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. Em seguida, foi relatada a **situação financeira do IPRESA, mediante a distribuição de cópia do balancete da receita e da despesa referente ao mês de junho/2018** aos presentes, o qual foi avaliado e aprovado. Foi distribuído, relatado e avaliado o **Relatório Analítico dos Investimentos em junho/2018, 2º Trimestre e 1º semestre de 2018, onde se verificou que a carteira de investimentos está devidamente enquadrada, nos termos da Resolução nº 3.922/2010, de 25 de novembro de 2010**, expedida pelo Banco Central do Brasil, **alterada pela Resolução 4.604, de 19 de outubro de 2017**. Foi observado que apesar da diversificação da carteira e metodologia de mitigação de riscos o 1º Semestre de 2018 não foi favorável aos rendimentos, sendo que a meta atuarial não foi atingida, uma vez que o mercado passa por sérias turbulências, as quais estão sendo acompanhadas e estamos adotando cautela nos investimentos. **Sendo o Relatório avaliado foi aprovado. Seguindo foi avaliada e definida a aplicação dos recolhimentos previdenciários da competência junho/2018 (cujo vencimento se dará em 12 de julho de 2018), descontas as despesas administrativas e parcela nº 006 do parcelamento autorizado pela Lei 1.070, de 12 de dezembro de 2017, a qual dispõe sobre o parcelamento de débitos do Município de Santa Albertina com o RPPS, que autorizou parcelar as competências patronais de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2017 (cujo vencimento se dará em 12 julho de 2018)**. Considerando que estamos acompanhando a carteira de investimentos e que estamos ajustando a carteira de investimentos à Política de Investimentos ficou decidido por unanimidade aplicar o valores no fundo **SANTANDER IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA**, tendo-se em vista o prêmio ainda existente para ganho no médio prazo, bem como a ferramenta de comparativo de fundos existente na plataforma online da Crédito e Mercado, a qual sinaliza o fundo acima referido com boa

rentabilidade entre as instituições credenciadas. Em seguida foi relatada a necessidade de Credenciamento das Instituições financeiras, uma vez que terão vencimento em agosto de 2018, credenciamento esta realizada a cada 12 meses. Foi apresentado e discutido o Edital de Credenciamento, o qual foi aprovado e deverá ser encaminhado às Instituições Financeiras para as providências cabíveis. Em seguida o Comitê de Investimentos deu ciência do teor da reunião à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo na presença do Conselho Fiscal, os quais ratificaram as decisões tomadas. Continuando ficou definido que a próxima reunião ordinária do **Comitê se dará em 10 de agosto de 2018, às 13h30min.** Em seguida a secretária agradeceu a participação dos membros envolvidos, dando por encerrada a presente reunião. Nada mais havendo a tratar eu Márcia Cristina Manfrenato Cassim, Secretária, lavrei a presente ata, que após lida achada conforme e aprovada, vai assinada por mim e por todos os presentes. Santa Albertina, 11 de julho de 2018.

#### **COMITÊ DE INVESTIMENTOS:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

#### **CONSELHO DELIBERATIVO:**

Ellen Sandra Ruza Poliseli: \_\_\_\_\_

Osmar Games Martins: \_\_\_\_\_

Silmara Porto Penariol: \_\_\_\_\_

Carlos César de Oliveira: \_\_\_\_\_

Sebastião Batista da Silva: \_\_\_\_\_

#### **CONSELHO FISCAL:**

Sônia Aparecida Fiorilli: \_\_\_\_\_

Isvaldir Lopes Veigas: \_\_\_\_\_

Izuméria Aparecida da Costa Prajo: \_\_\_\_\_

#### **DIRETORIA EXECUTIVA:**

Márcia Cristina Manfrenato Cassim: \_\_\_\_\_

Aparecido Zara: \_\_\_\_\_

Célia Maria Bassi: \_\_\_\_\_